



Para uma Leitura dos Confinamentos Gerais em Crise Pandémica a partir da Estratégia

António Horta Fernandes, FCSH/IPRI-NOVA

Em primeiro lugar autor desta reflexão gostaria de confessar que tem seguido a postura preventiva preconizada pelas autoridades públicas face à pandemia com um rigor tal que as próprias pessoas amigas tomam a atitude até com alguma hilaridade e aqui ou ali com alguma vontade de caçoar. Significa isto que o autor não pode deixar de reconhecer estarmos, a nível mundial, perante uma crise sanitária de envergadura, provocada por um micro-organismo novo, com um potencial de propagação elevado e de perigo não negligenciável para a vida das populações.

A presente reflexão visa, indirectamente, o questionamento da capacidade de resiliência das sociedades europeias, por intermédio do caso português hodierno na resposta à pandemia, face à possibilidade não tanto de futuras crises sanitárias ou desastres ambientais, porquanto essas crises em si, não são o objecto da estratégia, como de crises internacionais a haver por força de conflitos hostis. Até que ponto e em que grau as sociedades ou comunidades políticas europeias aceitam as penalidades inerentes às crises, eis o problema. Pensando, a título de mero exemplo, no caso de um bloqueio económico, no âmbito de uma guerra fria, ou de uma conflagração armada, no contexto de uma guerra quente. Porque a ideia de baixas zero, de guerras limpas ou imaculadas não passam de ideologia fruste, ou de desconhecimento da natureza das guerras.

Desde logo, a actual crise pandémica levanta algumas interrogações. Em primeiro lugar, não se terá desinvestido, ou não investido proporcionalmente nos sistemas nacionais de saúde (a Alemanha pode ter sido um caso à parte), tendo em conta situações extraordinárias, como a que estamos a viver, nem sequer improváveis, embora, felizmente, pouco recorrentes? A história está pejada de cisnes negros.

Em segundo lugar, não será que uma mentalidade para a qual *just in time* se sobrepõe quase sempre ao *just in case* não impossibilitou a criação e a manutenção de reservas estratégicas de recursos e produtos para abalos de maior gravidade (lembremo-nos da inexistência de máscaras em quantidade suficiente no início desta crise)? Julgar, do ponto de vista estratégico, que as futuras guerras jamais mobilizarão grandes massas de homens, ou, pelo menos, não provocarão danos catastróficos na Europa, porque o futuro reside antes nas guerras cirúrgicas (uma expressão que por si já muito diz acerca do reducionismo de miras) à distância, é um dislate sem preço nem perspectiva histórica. Em 1868, se aos mais altos dignatários da aristocracia russa dissessem que 50 anos depois poderiam estar a varrer ruas em São Petersburgo ou em Moscovo, como castigo de classe, não só achariam tratar-se de uma insolência como de uma insanidade a pedir reclusão num hospício. E todavia, cinquenta anos depois aconteceu.¹ Embora não deixe de ser verdade que quando ocorrem estas mudanças a

¹ Cfr. Douglas Smith, *Gente do Passado. Os últimos dias da aristocracia russa*, Lisboa, Temas e Debates, 2013, p.165.

todos surpreendem, nem que seja pela sua intensidade, talvez um pouco menos aos historiadores mais sensíveis à historicidade dos processos, por causa dos ossos do ofício, por assim dizer.

Um terceiro aspecto sobre o qual nos podemos interrogar diz respeito à aparente terciarização da Europa e consequente desindustrialização relativa. Num cenário de crise internacional que atente em particular contra a economia de serviços, a estabilidade económica pode periclitir por excessivo desequilíbrio nos sectores de actividade. Mais ainda, a compra de produtos industriais pode ver-se afectada, não só pela instabilidade nos fluxos mundiais de comércio, mas porque os esperados fornecedores de antes podem muito bem ser os antagonistas de agora.

Uma quarta nota tem a ver com aquilo que, à falta de melhor, se pode designar por uma certa debilidade cívica, senão escassa disciplina social, quando sucessivamente ao longo deste ano grupos de pessoas por toda a Europa, e na maioria dos casos não para protestar contra o estado de excepção, se juntam ignorando todas as regras de prevenção do contágio.² Embora acabe por não admirar se pensarmos que as sociedades ocidentais têm sido bombardeadas com um incentivo a todo o transe ao mais estrénuo individualismo competitivo e presentista. Como o sentido do bem comum e esse individualismo são incompatíveis de raiz não é fácil convencer as pessoas de que protelar um prazer imediato e muito próprio não é um acabar do mundo, ou melhor, pode vir a sê-lo para alguns, lesados pela irresponsabilidade de acções extemporâneas. Daí podermos questionar-nos acerca da resiliência, em caso de conflito, de quem encontra em todas as suas vontades uma urgência inadiável. Com cautela, porque algo de parecido, uma certa liquefação vital e social, se pensou das sociedades prévias à Grande Guerra, até como defesa da impossibilidade de uma conflagração de grandes proporções, e, no entanto, elas vieram a conseguir suportar um sacrifício antes impensável.

No presente cenário de crise, a defesa e posterior concretização, mais ou menos consensual, de um confinamento geral robusto e rigoroso, implicando o fecho das escolas em todos os níveis de ensino, como tem sido prática em vários países europeus, configura um bom índice para aquilatar da capacidade de resiliência de uma sociedade, da capacidade de encaixe das incertezas e do medo, do seu semblante pouco ou muito catastrofista e presentista, as duas facetas andam ligadas (geralmente tolhendo a imaginação, a capacidade crítica e a esperada inventividade de um futuro melhor), e da responsabilidade de ajuizar e decidir em perspectiva e a prazo, em especial se a crise for séria mas não de todo letal ou terminal. Ora, na escola joga-se por excelência esse compromisso com a ponderação e acção a prazo e coma necessidade de uma maior perspectiva histórica.

Tudo parece indicar, e a própria experiência do longo confinamento geral iniciado em Março de 2020 assim o comprovou uma vez mais, que o ensino presencial

² Este assunto não é novidade, claro está. Já Pascal Bruckner fala há muito do “menino mimado” na caracterização das culturas europeias contemporâneas, e Ortega y Gasset, mais de meio século antes dele falara do “senhorito satisfeito”. Ambas as posições não são coincidentes nem a nossa coincide com a deles. Veja-se, de Pascal Bruckner, *A Tentação da Inocência*, Mem Martins, Europa-América, 1996; de José Ortega y Gasset, *La Rebelión de las Masas*, duodécima edición, Madrid, Revista de Occidente en Alianza, 1995.



é insubstituível, porque não se trata apenas de expor conhecimentos, mas da expressividade essencial à sua transmissão, requerendo a interacção de proximidade, fundamental para o desenvolvimento psíquico e social. Tanto mais importante quanto mais básicos forem os níveis de ensino. Aliás, nas crianças, num paulatino processo de aquisição de competências a permitir atingir as capacidades de raciocínio lógico formal, a mediação tecnológica abstracta sem interacção directa pode até desfocar e confundir a aprendizagem. Além disso, durante todo o pré-escolar e 1º ciclo, é também insofismável a necessidade da educação motora, a par da cognitiva, em especial o desenvolvimento da motricidade fina. Isto para já nada dizer, nos níveis mais elevados de ensino, da formação prática, indispensável nas escolas médicas e nas academias militares, requerendo a presença física – desconhece-se para já a existência de médicos e soldados biónicos, e mesmo que os houvesse teria de haver experiência prática a montante para levar a nova acoplagem bio-cibernética a bom porto.

Feito este preâmbulo enquadrador, e assumindo que em situações extremas o confinamento geral rigoroso, incluindo o fecho das escolas possa ser tomada, embora momentaneamente para estas, a abrir no mais curto espaço de tempo, em função de uma ligeira mudança nas curvas de propagação (à frente veremos a razão), parece-me que a materialização do fecho das escolas no fim de Janeiro de 2021, no pico de uma vaga de contágios, internamentos e mortes, não só não era uma solução inadiável, como poderia não ter sido tomada, ou então com o estatuto de máxima provisoriedade; embora nos diga muito sobre a (in-)capacidade de resiliência das sociedades europeias coevas. Em contraluz de alguma voz corrente, e numa leitura não partidária nem qualificável como análise política, mas oriunda do prisma da estratégia – relevando uma vez mais que a estratégia e a sua planificação enquanto tais apenas têm a ver com o confronto entre comunidades humanas, seres dotados de intencionalidade e que habitam a linguagem, e não com a agressividade natural e muito menos com o combate a micro-organismos - parece-me que o governo português tem gerido com razoabilidade a pandemia, quiçá por sorte, por cálculo, ou pelas duas coisas, e que em particular o primeiro-ministro parece ter uma intuição certa sobre os despropósitos de confinamentos gerais rigorista, embora vá cedendo às pressões vindas de vários quadrantes; intuição essa que, é verdade, não tenho como provar. Terá havido, no entanto, da parte do governo um erro crasso, afora uma permissividade genérica, mas essa é, infelizmente, ambiental. O erro crasso terá sido a já muito discutida descompressão no Natal, embora a mesma pudesse ter ocorrido se compensada por um confinamento aí sim geral sem necessidade de ser apertadíssimo, até porque as escolas estavam em férias, logo a partir de dia 27/12, atrasando por uma semana ou 15 dias o início das aulas e aproveitando o arrefecimento natural da economia nas semanas imediatas à quadra festiva no hemisfério Norte; claro que com prejuízo imediato do comércio - mas numa circunstância de crise alguns sectores são mais atingidos, não há como fugir disso. Como também não há como fugir de confinamentos selectivos. Por outro lado, o confinamento teria de ser acompanhado de uma fiscalização e repressão severas no espaço público se não cumprida a quarentena. Algo que nunca veio a acontecer e não acontecerá enquanto a sociedade estiver embotada, sensível a meias-tintas, mais estimulada para a emoção do que para a razão, desperta para a reclamação de determinados direitos de momento, que considera insufragáveis, indiferente a que

lhe retirem outras de maior substância e calado temporal. Achando insustentável uma postura de contingência mais firme por parte das autoridades, que julga poderem lesar um seu direito, senão mais um hábito, ainda que ocasionalmente incívico. Donde, em algumas circunstâncias adversas instilar o medo do peso da autoridade poder ser aceitável, desde que seja utilizado de forma racional e com propósitos úteis.

Dito isto, essa seria a única medida que, numa circunstância desta natureza, pode qualquer governo tomar de forma proactiva, sem pôr em causa o tecido económico e social. E porquê a não proactividade salvo em casos muito seleccionados? Porque o preço a pagar, em termos estruturais, por tais medidas severas prolongadas ou repetidas no tempo é ou pode ser bem maior que a gravidade da situação presente. Senão vejamos. A taxa de mortalidade dos infectados a nível mundial pouco supera os 2% (de acordo com os dados da Universidade Johns Hopkins), em Portugal, não chega aos 2%. Se tentarmos incluir os assintomáticos, estas percentagens decairão ainda mais. Durante quase um ano a percentagem de mortos em Portugal por Covid-19 é de cerca de 0,15% da população total, pouco mais de um em mil, fruto também do inexcusável trabalho dos profissionais de saúde, para com os quais sempre estaremos em dívida – por desgraça, as mortes crescerão.³ Porém, o ponto não é a percentagem exacta de fatalidades mas a ordem de grandeza. Assim sendo, uma campanha maciça de protecção dos grupos de risco, quiçá fazendo mesmo uso de constricções a esses grupos direccionadas, e a obrigatoriedade de as pessoas aceitarem as medidas de distanciamento, higienização e uso de máscara, sob pena de repressão severa, ao abrigo do estado de emergência – que, de resto, funciona tacitamente a tempo inteiro, de forma mais desapiedada, e não para os beneméritos fins que agora estão em causa, como há muito mostrou Walter Benjamin - teria minorado em muito a situação.⁴

Aquilo que parece passar-se na Europa, incluindo em Portugal, diz respeito a uma sociedade psicologicamente fragilizada, com muito pouca capacidade de encaixe para situações de crise, menor resiliência ainda, movida por um pânico difuso, amplificado pela comunicação social, e com estruturas de decisão timoratas, reféns de grupos ocasionais de pressão na opinião pública, usando sem grande discernimento os dispositivos soberano-governamentais, esses sim mantendo-se no essencial intactos e pujantes, e logo que a pandemia termine, repondo ou aperfeiçoando ainda mais os mecanismos de selecção social e de dominação.

Em concreto, é inadmissível forjar qualquer política geral com base nos critérios preponderantes da linha da frente hospitalar, em particular com base nos cuidados intensivos. Permito-me aqui a analogia possível com um estado de guerra, porque a presente crise não configura de nenhuma maneira um estado de guerra, nem técnica nem filosoficamente, nem existencialmente, como atrás aludimos. É verdade que, filosoficamente sublinho, numa guerra devemos privilegiar os relatos dos combatentes da primeira linha de fogo, porque a guerra é uma situação artificialmente criada, de modo a que as populações possam vir a ensimesmar o seu inaudito, com vista à sua abolição. Também pode acontecer o inverso do hipotético quadro traçado nos *Segundos Analíticos* (II,19,100a12-13), de Aristóteles: que no meio de uma debandada

³ Dados recolhidos sensivelmente a 20 de Fevereiro.

⁴ Contundentes são as palavras de Benjamin: “a tradição dos oprimidos ensina-nos que o “estado de excepção” em que vivemos é a regra”. Cfr. Walter Benjamin, “Sobre o Conceito de História” in [...], *O Anjo da História. Edição e tradução de João Barrento*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2010, tese VIII, p.13.



generalizada, um soldado inverta o passo e por contágio se restabeleça milagrosamente a frente. Um oposto benfazejo seria um pouco como uma contaminação decisiva em toda a frente para não combater, antes confraternizar, ao modo das tréguas de Natal de 1914. Em suma, em guerra, esse foco do sofrimento intolerável e escusado da frente deveria estar sempre em cima da mesa de modo a aproveitar a primeira oportunidade consistente, ou deixar-se levar por essa improvável onda pacífica.

Todavia, e fazendo esta ressalva, que não tem comparação com qualquer outro cenário, frise-se, ainda assim, ai do decisor que baseie a sua manobra geral, a sua estratégia integral, e ainda mais, a sua política atendendo prevalentemente aos sofrimentos e às descrições dos combatentes das primeiras linhas. Pode muito bem não ganhar a guerra, mas sobretudo perder a melhor paz possível, com custos absolutos muito mais elevados, e custos de oportunidade ainda maiores.

Podemos, é certo, não nos importar sermos um pouco desastrosos e querer comparar no mesmo patamar o incomparável, ou até misturar as coisas. Pois é verdade que até à Grande Guerra, em geral, o maior número de baixas ocorria por força das doenças e dos deficientes sistemas sanitários e de abastecimento e não por causa dos combates propriamente ditos. Todavia, estes problemas só ocorriam em razão da elevada concentração de homens, por regra mal alimentados, em condições sanitárias no mínimo sofríveis. E tudo sucedia porque havia guerra, tão simples quanto isto. Da mesma maneira, podemos querer comparar o número de vítimas (doença grave e morte) da presente crise pandémica com o número de feridos e mortes em combate de uma determinada tipologia de guerra, a guerra subversiva. Todavia, uma tal comparação apressada tem forçosamente de descartar a natureza e os objectivos, o fulcro próprio da guerra subversiva. E mesmo assim, o raciocínio só valeria para guerras bem travadas por ambos os lados, como foi o caso daquela entabulada no antigo espaço colonial português em África, nos anos 60 e 70 do século XX. Porque se atendermos à guerra do Vietname a situação altera-se radicalmente. Porém, mais importante ainda, a guerra subversiva tem um potencial de corrosão incrível, não visível de modo algum nas baixas directas, que pode levar a prazo ao deslaçamento da vida comum e, por conseguinte, à própria implosão de uma comunidade política nela envolvida, originando aquilo que agora se designa por Estado falhado.

Há ainda uma situação adicional na guerra contemporânea, que no caso da crise pandémica nem sequer se coloca, ou melhor, quiçá se coloque porquanto a comunidade se pode ver gravemente afectada no futuro, com custos ainda não estimados, com base em decisões influenciadas erroneamente pela dramaticidade inevitável de qualquer linha da frente. Refiro-me aos bombardeamentos à retaguarda, aos complexos industriais e populacionais. Pois bem, em tempo de guerra, nem nesse caso, o decisor deve tomar as suas decisões em função do bombardeamento em si. Valha a analogia (e só e somente a analogia), as autoridades alemãs, na Segunda Guerra mundial, apenas no Outono de 1943, por causa da intensificação da campanha de bombardeamentos aéreos aliados, decidem evacuar em larga escala as crianças das principais cidades, fechando as escolas nas cidades e transferindo-as para o campo, não sem resistência

oferecida pelos pais.⁵ Entretanto, o mortífero bombardeamento de Hamburgo de Julho de 1943 já ocorrera. Mesmo no campo, à medida que os aliados ocidentais se aproximam e ultrapassam a fronteira do Reno intensificam-se também as discutíveis incursões de caça-bombardeiros, arrasando e matando, com vista a aterrorizar as populações a ver se estas quebravam o laço tecido com Hitler. Todavia, antes como depois a vida tinha de continuar, e todos jovens que não foram recrutados precisavam de manter a aprendizagem, nem que fosse para uma nova vida a ter após a queda no nazismo. Estamos, vale a pena frisá-lo de novo, no domínio da analogia, porque querer levar a cabo uma mínima comparação em regra – independentemente da responsabilidade do povo alemão no apoio ao regime nazi em guerra, e de merecer ou não a sorte que lhe estava reservada – entre as agruras padecidas pelo povo alemão e as actuais circunstâncias de privação, aflição e dor, afigura-se até ofensivo.

Pode objectar-se que os racionais, que argumento terem origem nos cuidados médicos intensivos hospitalares, baseados na assunção prioritária de um confinamento geral restritivo e prolongado, custe o que custar, num período de elevada prevalência vírica na comunidade afinal resultam. Pois claro que resultam, e quando escrevo estas palavras o confinamento já está a resultar. Como também resulta se alguém decidir, faça o que fizer o inimigo, que a partir de uma determinada data nem mais um tiro será dado, custe o que custar. Agora imaginem o que teria sido em 1942 se os dirigentes soviéticos possuídos por um insólito e intempestivo humanismo (de certo demoníaco), por causa da inegável brutalidade sem par da guerra na Frente Oriental decidissem unilateralmente não dar nem mais um tiro. Imaginem o que teria sido dos soviéticos e do resto do mundo.

É óbvio que quem combate a doença, seja ela qual for, nos cuidados intensivos há-de deparar-se sempre com as situações mais terríveis, invulgares, com as variantes de doença mais caprichosas. Porém, se recuarmos alguns escalões já não será o mesmo, se ouvirmos os virologistas, por exemplo, a visão será mais distendida e por aí adiante. Isto não quer dizer que a visão dos cuidados intensivos não deva ser incorporada; certamente o tem de ser nos cuidados e na investigação médicas, e deve ser ouvida atentamente pelos escalões de decisão, em caso de crise, mas não pode ser prevalente, a não ser que estejamos perante uma catástrofe das dimensões da peste negra, ou similar. Porém, aí, nem precisamos de a ouvir, o coro obrigatoriamente ressoa muito antes.

A prova mais clara de como as visões pautadas pela influência dos intensivistas não podem nem devem nunca, sob nenhum pretexto, em crises pandémicas como a actual, influenciar sobremaneira a decisão política, deparamo-nos com ela observado quase um ano de pandemia. É certo que foram reforçadas camas e ventiladores, em relação à primeira fase, mas não puderam ser significativos os acrescentos em intensivistas médicos e enfermeiros especializados, porque não houve tempo para tal. Ora, já em Maio, como muito menos casos, uma insignificância comparativamente aos dados de fins de Janeiro, os intensivistas, mas também, por simpatia, infecciólogistas e epidemiologistas diziam que havia que ter muito cuidado, abrir só muito limitadamente, porque o sistema tendia a não aguentar. Caso contrário, seria a ruptura. E muitos

⁵ Cfr. Nicholas Stargardt, *La Guerra Alemana. Una nación en armas (1939-1945)* [trad.espanhola], Barcelona, Galaxia Gutenberg, 2016, p.475.

passaram todo o Verão assinalando que não esmagando a curva, que era já comparativamente baixa, seria o fim. Porém, quando se deu o incremento exponencial de Janeiro, olharam como causa sobretudo ao desconfinamento de Natal, o que parece afigurar-se no essencial correcto. Todavia, se assim é, logicamente, o poder ter sido mais ou menos restritivo meses antes não foi relevante para o assunto. E comparativamente, a quantidade de casos havidos no Verão, muito distante daqueles acontecidos logo antes do Natal, era afinal aceitável. Mostrando quanto todos estes especialistas parecem ser arrastados por uma racionalização pontual e sincopada. A qual, de resto, é até certo ponto aceitável e expectável na lógica dos cuidados intensivos, porque tendo de haver planeamento atempado nos cuidados intensivos - o exemplo reconhecido de excelência do hospital de São João acredito que seja replicado em muitos hospitais por esse país fora, por equipas não menos capazes -, estes têm sobretudo, e bem, de se confrontar com a urgência dos casos ocorridos dia a dia. Mas por isso mesmo, a sua perspectiva não pode nem deve ser privilegiada.

Chegámos então a um país isso sim com muitas vidas destruídas sob o ponto de vista económico e social, um excesso de mortalidade significativo provocado por outras patologias porque a elas não se atendeu nem atende, fruto igualmente de um ambiente desusado de medo que retraiu os pacientes, ou os levou a desvalorizar os sinais, num cálculo simples e compreensivo, dado o exasperante clima monofocal saturado desse medo. Acharam que valeria mais evitar a doença provocada pelo SARS-CoV-2? Do que atender à sua doença aguda, crónica, ou a sintomas estranhos e novos, que o corpo entretanto ia dando como sinais. E quem são, na sua maioria essas vítimas de confinamentos gerais reforçados? Os mais fracos. Dos quais, muitos daqueles que não ficaram sem trabalho, desde do início, nas limpezas, na construção civil, nas grandes superfícies de venda a retalho, nas fábricas arriscam todos os dias porque não podem proceder de outro modo, embora não estejam acometidos das funções essenciais do Estado, como seja a manutenção da ordem pública, ou no caso conjuntural, o combate directo à doença. O que é mais, o Estado em nome da comunidade exige-o mesmo, em ordem à subsistência desta com um mínimo de conforto enquanto vigora o confinamento geral. Na prática, a bondade salvífica apregoada e executada do confinamento geral desde da primeira hora é feita à custa de uma fatia significativa da população, exposta em termos sanitários, para quem esse confinamento não existe nem pode existir. Quer isto dizer que se pode haver confinamento e o mesmo tem êxito se fica a dever a uma parte nada negligenciável da população, a mais frágil e dependente, não passível de confinamento, porque é dispensável do ponto de vista da saúde. Dito por outras palavras, o confinamento geral rigoroso e robusto só o é na condição de não o ser, de uma parte ficar de fora, e não me refiro àquela correspondente aos voluntários ou aos que estão acometidos das funções institucionais ou para-institucionais, públicas ou equivalentes, sempre presentes nestas ocasiões - algo que já por si poderia, pelo menos filosoficamente, ser motivo de debate, porque afinal também eles são cidadãos e têm famílias a proteger) - mas àqueles que não podem escolher e nós também não queremos verdadeiramente que escolham. Atendam tão-só por breves intantes ao que aconteceria se, num gesto filantrópico inusitado para com os seus funcionários, os detentores dos espaços de venda a retalho decidissem fechar esses espaços. Haveria certamente uma requisição civil extraordinária, e quanto mais quisessem fazer “gazeta”



mais depressa passaríamos a um estado de sítio, ou se revelaria mesmo em toda a sua força o estado de excepção; do qual as presentes extensões constitucionais mais não são do que vivas aplicações putativamente legítimas só porque estão ao abrigo de uma constituição, ela própria auto-referente, na sua lógica soberana – note-se que não está em causa que, no quadro político vigente e na presente conjuntura, não sejam necessárias.

Mas então estamos diante de uma grave aporia, ou melhor, uma anfibologia manifesta. Porque das duas uma: ou essa porção da população não faz parte da grei, e portanto seria justamente dispensável, algo que ninguém ousa dizer nem aceitar (diferente é se o põe em prática) por todas as melhores razões de princípio e a todos os níveis; ou então o confinamento geral e reforçado não passa de um embuste, uma impossibilidade, revelando antes a hipocrisia de em nome da salvação sanitária da comunidade se expor inevitavelmente uma parte nada desdenhável da população ao risco, quando é dito que o confinamento a visa precisamente salvá-la. Curiosamente, essa porção da população é aquela que, por menor preparação, formação e meios menos proficiente é a usar as medidas de prevenção, que não as do confinamento, seja a distância física, a higiene de mãos e o uso de máscaras de qualidade. Também por curiosidade, são também os seus filhos os que menos condições dispõem em casa para ter acesso ao ensino digital.

Por fim, nem ousou senão aflorar aqui um problema que me parece cada vez mais visível e pertinente, estando por detrás de tudo isto, e que se prende com a relação completamente esquizofrénica da cultura ocidental face à morte. Porque ao bani-la do seu próprio seio se tornou impreparada para a defrontar, fazendo de cada incidente ou acidente um desastre de proporções bíblicas. Não pretendo desvalorizar a pandemia, mas parece-me que tudo isto, sem ponderação de fundo, é um atentado à inteligência – houve no auge da crise cerca de 180 mil casos activos, menos de 2% da população portuguesa; sabendo também que a maioria esmagadora dos casos confirmados provoca doença ligeira ou moderada, sem necessidade de hospitalização. Mesmo que fossem 500 mil, seriam 5 em cada cem habitantes, menos que estar de baixa toda uma secção num pelotão de infantaria, numa companhia de infantaria, arredondando-a para 100 homens. Mas obviamente, porque ninguém, no seu perfeito juízo, como sói dizer-se, advoga que não se faça nada, como se tanto fizesse haver pandemia como não, nunca estaria em causa escalar a até este último número. Aquilo que se pretende é colocar os termos nas suas devidas dimensões.

Não pode, portanto, ser obviado poder estar em causa a asfixia e o colapso de um sistema de saúde, independentemente da crítica de que deveria no passado ter-se expandido e não contraído acautelando hipóteses de crise, porque quando a crise se manifesta o que não foi feito é irrelevante para o socorro a prestar. Nesse sentido, como atrás defendi, pode equacionar-se um confinamento geral, rigoroso e robusto, com o fecho de escolas, mas apenas até ao momento em que a curva estatística estabilize ou dê sinais de inversão. Logo, pelo mais pequeno período de tempo possível, navegando neste ponto particular literalmente à vista, justamente em nome de uma visão geral mais ampla. Há a tentação, sempre que sucede uma crise grave de encontrar um ponto de segurança sustentado, consistente e firme, no caso vertente prolongando inercialmente o confinamento geral robusto e rigoroso. Mas tal tentação parte de um

pressuposto insustentável: precisamente que é possível encontrar esse ponto. Ora, numa crise grave não há nunca segurança sustentada a não ser quando se alteram estruturalmente as condições, isto é, quando se ultrapassa o estado de crise grave, por superação dos seus factores de accionamento e prolongamento. Toda a segurança é muito provisória, exigindo a adaptação permanente à situação, grande plasticidade, tendo em mente o equilíbrio geral possível da vida comum a defender. Isto é que é ser antifrágil, utilizando a feliz expressão consagrada de Nassim Taleb, verdadeiramente o bem navegar à vista, quando não se pode nem se deve evitá-lo, utilizando a seu favor o aleatório e o volátil.⁶ Curiosamente, o mesmo acontece em estado de guerra.

É claro que tudo seria muito distinto se o confinamento nada atingisse. Se no fim corresse dinheiro a rodos para a economia - por acaso algo que poderia vir a acontecer se o modelo económico preponderante no mundo fosse outro, mas não é, e mesmo que fosse não chegaria a tempo para atender a muitos, para já não contabilizar as descompensações provocadas em muito sectores de actividade e entre esses sectores, nos vários elos das cadeias de produção, etc -, se entretanto não houvesse desestruturação social, se os níveis de confiança ficassem intocados, se por milagre se desse no cérebro dos nossos estudantes uma caso de ciência infusa, se por igual milagre animista os micro-organismos para nós agressivos, só esses, claro está, cumprissem uma moratório por de nós se amerciarem, se a desregulação celular deixasse de se verificar pelas mesmas razões, e as neoplasias parassem. Assim como na guerra, se fosse possível, como nos contos de fadas, reconstruir integralmente na noite o que tinha sido destruído pelo dia, se um exército de gnomos e duendes nos substituísse em todas a actividades descuidadas por causa dessa mesma guerra, ajudando-nos a manter a vida confortável. Contudo, como está bom de ver, essas não passam de ilusões. Por tal, em muitas regiões do mundo onde, infelizmente, nem sequer existem as almofadas de amortecimento que, apesar de tudo, ainda dispomos, os confinamentos são selectivos, ou quando são gerais e rigorosas as quarentenas decretadas são ignoradas em parte com o beneplácito das próprias autoridades que as decretaram, que sabem que a não agir assim, tudo, a começar pelo seu poder, pode implodir.

Infelizmente, os arautos da “ditadura” sanitária continuam a pedir o mesmo: não propriamente fiscalização e repressão contínuas para quem prevarica nas justas medidas de distanciamento e algum inevitável confinamento, além de testagens massivas, naturalmente com critério, mas sim um confinamento geral robusto e prolongado; o qual, suspeito, por vontade deles nunca teria sido alijado desde o início da pandemia. Mas estas pessoas, a quem justamente nos confiamos no seu labor específico, em virtude da sua excelência, internacionalmente reconhecida, têm dado

⁶ Cfr. Nassim Nicholas Taleb, *Antifrágil. Coisas que beneficiam da desordem*, Alfragide, Dom Quixote, 2014. Embora também aqui se perceba o ruído ambiente, uma vez que estamos hoje muito permeáveis à cenarização e à prospectiva, não obstante o produto operacional destas para decodificar as interações humanas, invariavelmente multi-factoriais e inesperados nos seus resultados, até agora se tenha mostrado insignificante. No caso da guerra pode até ser visto como trunfo, em circunstâncias específicas, a volatilidade. Não tendo competência na matéria, resta-me, no entanto, perguntar, se a crise pandémica não se apresentou como janela de oportunidade para uma futura antecipação do prazo de materialização de vacinas, em tempo ordinário ou em futuras crises, quando a necessidade, aguçando o engenho, terá obrigado a conjugar um determinado número de factores, conjugação nunca tentada por precaução, mas que se terá revelado virtuosa.

mostras de que podemos deveras confiar-lhes a influência cidadã de que hoje usufruem na orientação dos destinos da comunidade? Certamente estão possuídas da melhor das boas intenções, à prova de censura, de irrepreensível entrega, vontade de fazer o bem e generosidade. No entanto, torna-se até embaraçoso observar a estreiteza de miras por parte de sujeitos de tão insofismável inteligência, não fosse poder vislumbrar-se também aqui uma das possíveis críticas recorrentes ao especialismo no campo do saber e a um certo abandono da *Bildung*.

Seja como for, gente mais louvável será difícil de encontrar, e no entanto... como sempre em situações de crise, é preciso decidir sobre o indecível, usar da *phronesis*, da ousadia da prudência.⁷

Nota Adicional

Já algum tempo depois de finalizada a reflexão, continuam os problemas relacionados com a vacina fabricada pela AstraZeneca. Problemas com a distribuição prevista e contratualizada.

Neste ponto importa informar as populações da União Europeia a razão pela qual foi a vacina da AstraZeneca a contemplada com um maior número de vacinas adquiridas. Nem sequer queremos levantar a questão do porquê de não serem equacionadas de princípio vacinas de distinta origem que não a ocidental, o que acarretaria toda uma outra reflexão, por sinal talvez nada meiga. Mas entre as vacinas ocidentais, porquê a AstraZeneca? daquelas em uso é até a que parece deter menor grau de eficácia, se bem que, comparativamente a outras vacinas, em particular a da gripe, a eficácia de todas elas afigura-se excepcional, para mais em vacinas concebidas e produzidas em tempo recorde. Todavia, mantêm-se a questão: porquê a preferência? Por ser mais barata? Porque se julgou, apostou, com bom critério, entenda-se, que seria a mais promissora, por conseguinte, a primeira e a mais conseguida? Em tempos, nos meios de comunicação social, falava-se sobretudo da “vacina de Oxford”. Ou foi precisamente por isso, pela marca de água, pelo selo de garantia imprimido por Oxford? Evidentemente que Oxford é desde logo um sinal de qualidade mínima assegurada, de robusta fiabilidade institucional, mas não necessariamente, muito longe disso, de excelência, melhor, de excelência só por si. Na investigação científica, para além da presença da fortuna, como em tudo o resto, são os investigadores, as equipas de investigação e os técnicos que as apoiam que fazem os resultados. A riqueza de meios à disposição por si mesma não se traduz em efeitos.

Em qualquer caso, os cidadãos europeus merecem uma resposta. Se alguma vez esta vier a ser dada.

Por outro lado, parecem haver resistências geopolíticas, mais do que propriamente clínicas, para o atraso na avaliação e putativa validação da vacina russa Sputnik-V no seio da União Europeia. À parte saber se a generosidade russa conjuntamente com a sua vontade de marcar pontos na cena internacional está em equilíbrio com a vacinação da sua própria população, sujeita também as restrições,

⁷ *Prudência*, naturalmente como marco dianoético e não como expressão de cálculo, ou vulgar circunspeção.

porquanto tanto na época final do czarismo quanto no período soviético as autoridades não tiveram reboço em continuar a exportar cereais em momentos de grave crise de subsistências.⁸

Outrossim, existem rumores e dados desencontrados, mas sobretudo sem provas clínicas significativas da bondade do medicamento Ivermectina para combater a infecção viral. Já se tem ouvido alegar, em favor do medicamento, que nunca se farão testes clínicos robustos, porque devido ao baixo preço do mesmo, após o fim do regime de exclusividade de patente não compensaria à indústria farmacêutica promover o produto. Estamos longe de poder afirmar que é isso mesmo que sucede, e nem sequer temos conhecimento mínimo na área para ter qualquer tipo de intuição no sentido de se o medicamento deveria ou não ser sequer equacionado. Mas não deixa de ser verdade que apenas uma filosofia da ciência e uma sociologia da ciência ingénuas ou positivistas poderiam concluir pela impossibilidade da inexistência de interesses económicos como factor de oportunidade dirimente em escolhas a fazer em termos de investigação.

Em razão de interesses de vária ordem, de que nem a investigação científica está recato, pelas circunstâncias geopolíticas evocadas a propósito da vacina russa Sptunik-V, e por tudo o que atrás argumentamos, dado os dispositivos políticos soberano-governamentais contemporâneos, nunca poderemos dar por garantido, sem escrutínio, aceitando de boa-fé, que a salvaguarda da saúde das populações é a razão imperiosa que se impõe a tudo mais, supostamente sem margem para dúvidas, a ponto de poder exigir os maiores sacrifícios. Por isso, os ensaios produzidos por Giorgio Agamben e por Donatella di Cesare no auge da pandemia (quiçá um pouco menos cuidadoso o de Agamben), em 2020, merecem a nossa atenção crítica em face aos mecanismos de poder expeditos inerentes aos modernos estados de excepção, cada vez mais feitos regra.⁹

Abril de 2021

⁸ Atenda-se, a título de exemplo à fome de 1891-1892, descrita em Orlando Figes, *A Tragédia de um Povo. A revolução russa 1891-1924*, Alfragide, Dom Quixote, 2017, pp.203 e ss.

⁹ De Giorgio Agamben, *A Che Punto Siamo? L'epidemia come política*, Macerata, Quodlibet, 2020. De Donatella di Cesare, *Vírus Soberano? A asfixia capitalista*, Lisboa, Edições 70, 2020.